

MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE EM MEDIATEZAÇÃO

Joel Felipe Guindani¹
Davide Carbonai²

Introdução

Este artigo apresenta a relação entre movimentos sociais e o novo momento societário, de crescente mediação, o qual é ativado por técnicas de comunicação e por práticas comunicacionais decorrentes dos fluxos informacionais. Além disso, articula reflexões gerais sobre movimentos sociais, aproximando-as dos fenômenos oriundos da ambiência comunicacional contemporânea, caracterizados como ação produtora de sentido, que estimula, provoca e, em alguns momentos, orienta o ritmo das ações coletivas.

Evidencia-se que as lógicas da mediação social são capitais para as diversas articulações, projetos, pautas e reivindicações dos

¹ Professor do Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS). E-mail: j.educom@gmail.com.

² Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Sociologia Econômica pela *Università di Teramo* (Itália). E-mail: davidecarbonai@unipampa.edu.br.

movimentos sociais contemporâneos. Ressalta-se que a midiatização social não é um fenômeno que orienta ou que determina a totalidade das ações coletivas, mas um campo de disputa, ocupação, resistência, produção alternativa, que facilita as novas práticas contestatórias e contra-hegemônicas. Em outras palavras, identificamos a midiatização social como um campo comunicacional que também é atravessado por práticas culturais diversas, as quais potencializam uma rede complexa de distintas práticas sociais, políticas e econômicas, seja por sujeitos ou por instituições, por meio das tradições enraizadas nos modos de vida, na história, ou a partir dos pertencimentos religiosos e culturais, das disputas e das relações de poder estruturadas historicamente, sobretudo anteriores aos processos tecnológicos de comunicação.

O presente artigo estrutura-se do seguinte modo: apresentação da polissemia conceitual sobre movimentos sociais; e aspectos teóricos que articulam a noção de midiatização social a partir da investigação das práticas comunicacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Interpretações sobre a noção de movimentos sociais

Iniciamos esta reflexão com algumas das principais abordagens sobre a noção de movimentos sociais, evidenciando, posteriormente, as tendências que se aproximam do fenômeno por nós investigado.

A definição de movimento social pode ser mais ou menos inclusiva. No primeiro caso, os movimentos sociais podem ser considerados como redes de relações informais, entre uma pluralidade de atores – indivíduos e coletivos – mais ou menos estruturados do ponto de vista organizativo. Consideradas essas características, o nível de conotação e o âmbito de extensão do conceito, – enquanto os partidos e os grupos de pressão seriam definidos em relação aos limites da organização (quem não subscreve uma filiação, está fora do partido) – os movimentos sociais são compostos por redes dispersas, que conectam pessoas que se sentem parte de uma ação coletiva, geralmente na base de alguns valores compartilhados.

Em outros termos, é possível aderir a um movimento sem aderir a uma específica organização. Não obstante os movimentos possam incluir,

segundo as condições, organizações dotadas de uma estrutura formal, “os movimentos não são organizações”, pois a burocracia ou a verticalização das funções destoam da participação democrática (COTTA, DELLA PORTA, MORLINO, 2001, p. 129). O fato de esses atores poderem se relacionar entre si, em uma estrutura reticular, possibilita a circulação de recursos – materiais, simbólicos, normativos – necessários à interpretação da realidade e, conseqüentemente, à ação social. Quer dizer, os membros de um movimento social compartilham um sistema de crenças, que gera uma nova identidade coletiva. Quanto mais compartilhados os símbolos, os valores e os sistemas de interpretação do mundo, mais forte será o movimento. Com a elaboração, por parte dos movimentos sociais, de visões do mundo e sistemas de valores alternativos aos dominantes, vem se formando um vocabulário alternativo de ideias e linhas de ação, anteriormente desconhecidas ou até inconcebíveis (GUSFIELD, 1981). Por isso que os movimentos são considerados como protagonistas da mudança social, desafio à rotina e à sua superação.

Enquanto as análises marxistas, tradicionalmente, focavam a mudança social na relação entre capital e trabalho, as transformações sociais do segundo pós-guerra atraíram o interesse de inúmeros pesquisadores que se concentraram em outros critérios de estratificação não fundados na colocação de classe (como no caso do gênero ou da geração). Conotações como “velhos e novos movimentos sociais” começam a ser consideradas por distintas perspectivas analíticas, as quais buscam diferenciar as formas de atuação, referenciando-se, sobretudo, nos eventos decorrentes da Queda do Muro de Berlim e do Maio de 1968.

O que caracteriza as pesquisas sobre o tema nos anos setenta é também o processo de mobilização de recursos necessários pela ação coletiva. Nesse sentido, os movimentos sociais atuam de forma racional, propositiva e organizada. Por isso que os atos de protesto derivam de um cálculo dos custos e dos benefícios, que são guiados pela presença de conflitos, mas também dos recursos necessários para ativar a rede.

Do ponto de vista teórico, enquanto os estudos de participação política incluem a participação em movimentos, tornou-se importante considerar o que incluir ou excluir no conceito de movimento social. Por exemplo, Lagroye (1993, p. 324) argumenta que é fundamental ter

uma “motivação” e, além disso, um “efeito”. Como observado, os membros de um movimento social – ativistas, manifestantes ou militantes –, de forma mais ou menos consciente, formalizada ou não, constroem um sistema alternativo de ideias e linhas de ação (*politics*), desafiam o sistema, favorecem a mudança social, pretendem influenciar as políticas públicas, mas, sem “motivação” e sem “efeito”, não existe participação política, logo, nem ação, nem movimento social.

Como observado, as definições de movimento social podem ser mais ou menos inclusivas. Por exemplo, um terrorista faz parte de um movimento social? E um operário que participa de uma manifestação em prol da redução da jornada de trabalho? As diversas formas de participação, como características conotativas, reduzem ou ampliam a extensão do conceito de movimento social. As formas de participação podem definir um movimento social? Uma útil distinção das formas de participação política é aquela de Barbagli e Macelli (1985), entre participação “visível” e “invisível”: os comportamentos visíveis, explícitos, públicos, que pretendem influenciar o corpo político, ou de governo, e os comportamentos mais emotivos-afetivos, privados. Ambos representam um movimento social? Nesse sentido, é legítimo diferenciar conforme o tipo de participação “institucionalizada” (afiliação partidária ou sindical, associativa etc.) ou “não institucionalizada” (boicotes, ocupação de terras etc.).

Que tipo de participação caracteriza um movimento social? No caso da teoria pós-materialista da participação, por exemplo, os comportamentos políticos institucionalizados perderam força em vista dos não institucionalizados. Uma vez superados os limites estritos da sobrevivência material e econômica, os indivíduos estariam preocupados, cada vez mais, com questões relacionadas à sua autoexpressão, gerando uma intervenção cidadã na política. O desejo de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta acompanharia, portanto, a mudança pós-materialista. Os valores pós-materialistas estariam fortemente associados a ações políticas não convencionais, como manifestações, boicotes, ocupações do espaço público, entre outras formas de expressão (RIBEIRO, 2010).

Um movimento social pode existir em função do conflito com outros atores sociais. A definição de Alain Touraine baseia-se nesse

conflito “manifesto com um adversário comum” (TOURAINÉ, 2003, p. 119); logo, o desaparecimento do adversário político levaria à queda do movimento. Contudo, essa definição exclui grande parte das ações coletivas que se apresentam hoje, na medida em que os atores sociais encontram dificuldades para identificar um adversário. Os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, que lutaram contra as ditaduras militares e os governos totalitários, visibilizavam com facilidade os inimigos a combater: soldados e generais uniformizados e ditadores empunhando bandeiras e proferindo discursos em praças públicas.

Que as oportunidades de participação sejam maiores para grupos sociais caracterizados por similitudes estruturais e intensidade das relações sociais é confirmado por inúmeros estudos sobre o movimento sindical (CARBONAI, 2010). A mobilização do movimento operário foi, em particular, ligada à presença de grandes massas de trabalhadores que desenvolviam trabalhos similares e, tendencialmente, passavam juntos não somente o tempo de trabalho, mas também o tempo livre, morando em bairros socialmente homogêneos, localizados perto das fábricas.

Na América Latina, os movimentos sociais são compreendidos, comumente, como resultado e expressão das contradições de classe, gênero, econômicas, culturais e políticas. São catalisadores e, ao mesmo tempo, expressão de poder da sociedade civil, desenvolvendo-se sempre, independente de suas demandas, num contexto de correlação de força social. De acordo com Gohn (2004, p. 251),

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

A autora destaca que os movimentos sociais sempre têm um caráter político (não devendo ser confundido com o partidário), criando e desenvolvendo um campo de forças sociais na sociedade civil, a qual atua provocando pautas e discutindo questões socioeconômicas, políticas e culturais. Assim, as ações dos movimentos sociais emergem a partir dos interesses comuns, como um processo social e político-cultural capaz de

criar uma identidade coletiva para as suas ações. Os movimentos proporcionam inovações na esfera pública e privada, participam da luta política de um país e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade (GOHN, 2004). A participação dos movimentos afeta e modifica, portanto, a estrutura social e histórica de um país, seja ela de caráter progressista, conservadora ou reacionária, variando de acordo com as forças sociopolíticas a que estão articuladas e com os projetos políticos que constituem suas ações.

Especialmente no Brasil, de modo sintético, o fenômeno dos movimentos sociais é observado a partir de três abordagens: estrutural-determinista, político-institucional e pluralista-articulista.

A abordagem estrutural-determinista nos oferece elementos para compreender os movimentos sociais pela perspectiva econômica, a partir das novas configurações do capitalismo (IANNI, 1985). Não se trata de uma análise linear ou economicista, mas de uma visada mais ampla para a ordem econômica, que controla os meios de produção e institui como legal a propriedade privada. Nessa perspectiva, analisa-se a sociedade como um todo racional, em que a posição do sujeito no mundo do trabalho já lhe indica a sua função e o modo de atuação nas lutas sociais. Quer dizer, o modo de produção capitalista, as contradições das relações de trabalho e de produção são os motivadores da ação coletiva.

Para a abordagem político-institucional, os movimentos sociais emergem a partir das incompletudes dos sistemas representativos político, associativo ou sindical. Tais sistemas representativos devem ser compreendidos na esteira do Estado, o qual se fecha, autorreferencialmente, impossibilitando aos movimentos sociais a intervenção ou qualquer acesso aos espaços decisórios e deliberativos (GAIGER, 1987). Para Vigevani (1989), as instituições políticas emanam sentidos ou visões distintas: a primeira condiz com a ineficiência representativa dos trabalhadores, sobretudo os rurais, por meio dos partidos políticos; e a segunda se refere às limitações que os próprios partidos políticos sofreram durante o regime militar, o que potencializou novas formas de organização e de mobilização (STRAPAZZON, 1997). Por esse caminho, os movimentos sociais se articulam a partir das oportunidades políticas

(TARROW, 1994), conforme, estrategicamente, aproveitem as brechas do sistema político.

Com a abordagem pluralista-articulista, evidencia-se a compreensão de que os movimentos sociais são resultantes das diversas possibilidades de posicionamento dos sujeitos, a partir de sua formação discursiva (LACLAU, 1986). Nessa abordagem, segundo Strapazzon (1997, p. 19), os movimentos sociais seriam articulações de discursos que “mobilizam várias significações, vinculadas à posição dos sujeitos (religiosas, econômicas, culturais), que os unificam e mobilizam-nos em busca do que lhes foi tirado ou que é considerado como um direito coletivo”. As condições estruturais não seriam, para essa abordagem, motivação direta ou obrigatória, mas um dos diversos elementos que impulsionam a mobilização social.

É nessa abordagem – pluralista-articulista – que acreditamos estarem contidas as fortes relações entre a comunicação e os movimentos sociais. A maneira como as diversas posições de sujeito são articuladas depende da luta discursiva, que é jogada no campo comunicacional, seja ele tecnológico ou interpessoal, pois “todas as coisas não comunicadas e incomunicáveis, que não foram nunca confiadas a ninguém, deixam de existir, pois não há para elas lugar permanente na realidade” (TELLES, 2006, p. 51).

Vale destacar que esse campo comunicacional é delineado por correlações de forças discursivas hegemônicas, as quais são características de uma determinada sociedade e época, que, no entanto, podem ser reproduzidas ou modificadas pelos sujeitos que compõem um movimento social.

O MST a partir das práticas comunicacionais

Abordamos até aqui o cenário em que se apresentam as principais conceitualizações sobre movimentos sociais. A seguir, focaremos nossa análise nas práticas comunicacionais históricas e contemporâneas do MST, mas sem perdermos de vista o contexto social e político, os quais prefiguram como um dos elementos fundantes do problema investigado. Importante esclarecer que a nova ordem social, que se

instaura a partir das tecnologias comunicacionais e de seus respectivos fluxos informacionais, não é decorrente, apenas, de um processo tecnológico evolutivo, mas da criatividade de sujeitos organizados, que, historicamente, reinventam, aprimoram e delineiam formas de ser e de atuar comunicacionalmente.

Para tanto, reconhecemos, inicialmente, a luta agrária brasileira como um processo histórico complexo, marcada por uma série de tensões, de conflitos e de enfrentamentos. Nesse contexto, o MST figura como o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina (CARTER, 2010), tornando-se, assim, um indispensável ator social a ser investigado para sabermos como são produzidas e apropriadas as estratégias contestatórias por suas lideranças, nas suas ações políticas e em outras atividades que mobilizam o grupo na causa da questão agrária contemporânea.³

A contenda agrária é milenar e, de modo sintético, condiz com um

[...] amplo, imediato e drástico movimento de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo, com a participação dos camponeses, objetivando sua promoção humana, social, econômica e política.⁴ (SILVA, 1971, p. 37).

Assim, a mobilização do MST reagrupa trabalhadores do campo e da cidade, na perspectiva de transformações sociais, sobretudo no enfrentamento das novas configurações do capitalismo neoliberal, e, mesmo se apresentando como um problema exclusivamente econômico e político, incorpora e se atualiza a partir das novas relações, estruturas e cenários de poder, conforme o seu contexto ou a sua época.⁵

³ O MST não possui uma data ou momento específico que defina sua origem. Para Stédile e Fernandes (1999), a origem do MST é resultante de vários locais, e a sua história é composta pela soma de um conjunto de acontecimentos e fatores desenvolvidos a partir de 1978, especialmente após a expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos Kaingang, no município de Nonoai, norte gaúcho.

⁴ Sobre a questão agrária, ver mais em Stédile (2005).

⁵ Estudos atualizados sobre a questão são realizados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Para Görgen (2004), a mobilização acerca da questão agrária do século XXI não significa apenas a luta pela distribuição de terra ou pela produção econômica sobre ela. Da mesma forma, a sua compreensão não pode desconsiderar as diferentes áreas de estruturação, de ação e de reprodução social, como as da educação, da saúde, da política e da cultura, entre outras. Para tanto, “[...] existem diversas formas para analisar e estudar a questão agrária, no geral e, no Brasil, em particular” (STÉDILE, 2005, p. 9).

A partir dessas considerações, a sociedade brasileira, constituída por diversos embates agrários, tem uma marca singular: a ocupação do espaço público por atores cada vez mais diversos, que reivindicam – através de inúmeras práticas contestatórias – direitos plurais, os quais impõem variadas demandas ao Estado e ao mercado.

No caso investigado, percebe-se, ainda, que os enfrentamentos pela reforma agrária se efetivam como uma ação coletiva de sujeitos heterogêneos, oriundos de diversos processos de exclusão social: peões, meeiros assalariados, pequenos agricultores expropriados por grileiros e por grandes proprietários, ribeirinhos expulsos por hidrelétricas e agricultores atingidos por barragens, jovens desempregados ou idosos eliminados do sistema fabril, entre outros. Assim, a luta pela reforma agrária se configura como “[...] um sistema multipolar de ação que combina diferentes orientações, envolve múltiplos atores que negociam e renegociam constantemente a sua ação” (MELUCCI, 1989, p. 40). São sujeitos que, mesmo lutando por uma causa comum – a reforma agrária –, articulam saberes enraizados nas práticas culturais que mobilizam a rede de socialidade, a partir da qual a ação comunicativa e midiática cada vez mais orienta e afeta o conjunto de valores e significados que compõe e estruturam o campo simbólico e identitário.

Em outras palavras, identificamos a midiatização social como um campo comunicacional que também é constituído por práticas culturais diversas, as quais potencializam uma rede complexa de distintas práticas sociais, políticas e econômicas, seja por sujeitos ou por instituições, por

meio das tradições enraizadas nos modos de vida, na memória, no imaginário social, ou a partir dos pertencimentos religiosos e culturais, das disputas e das relações de poder estruturadas historicamente, sobretudo anteriores aos processos tecnológicos de comunicação.

Nesse campo de disputas e negociações simbólicas, a mediação social, se limitada à ação tecnológica, encontra certa correspondência, mas, sobretudo, incompletudes para se firmar como a única referência das ações sociais e coletivas. Isto porque, por um lado, “[...] a historicidade do social é mais profunda do que aquilo que nossos instrumentos teóricos permitem pensar e nossas estratégias políticas permitem encaminhar” (LACLAU, 1981, p. 59).

Por outro lado, é impossível imaginar que um movimento social permaneça intacto a esse processo de transformação comunicacional pelo qual passa a sociedade contemporânea. Em certa medida, a comunicação tecnológica também se apresenta como um elemento essencial em qualquer movimento social, mesmo que, na prática, não se efetivem processos institucionalizados ou bem definidos. Para as ações sociais contra-hegemônicas, sem dúvida, a comunicação constitui um setor tático (CERTEAU, 2011), agregando valores e facilitando a resistência mediante os poderes constituídos, bem como a interação e a mediação das organizações sociais com outros sujeitos das diferentes esferas públicas ou do próprio “mundo da vida” (HABERMAS, 1997).

Compreendemos que o fenômeno da mediação também decorre da irreversível evolução das tecnologias de comunicação, as quais alteram as formas tradicionais de luta, mobilização e de organização coletiva. A mediação social configura um novo *ethos*, que se caracteriza pela articulação dos meios de comunicação e informação com as demais instâncias mediadoras da vida social. Ou seja, esse fenômeno é parte de uma atmosfera afetiva mais ampla (emoções, sentimentos, atitudes, rituais) em que se movimenta uma determinada construção social (SODRÉ, 2007).

Para Eliseo Verón (1997), a mediação opera sob múltiplas lógicas, não podendo ser identificada uniformemente ou de modo isolado no mundo da ação coletiva. Segundo esse autor, a mediação se efetiva a partir de “[...] diversos mecanismos, segundo os setores da prática

social, produzindo distintas consequências” (VERÓN, 1997, p. 9). As formas de apropriação tecnológica e de produção de conteúdo também integram os processos de midiaticização social: a comunicação multimidiática, potencializada pela rede virtual, está cada vez mais presente no cotidiano das mobilizações (FAUSTO NETO, 2006). Todavia, como enfatiza Peruzzo (1989, n. p.) os movimentos sociais têm tido dificuldades para utilizar a comunicação de forma satisfatória:

Além de, por vezes, se explorar pouco a comunicação, ela tem sido feita de forma demasiadamente amadorística. Em geral as ações de comunicação são tópicas e sem preocupação com a continuidade ou cultivo de processos comunicativos, seja ao nível da mobilização ou do relacionamento na sociedade.

Para os militantes entrevistados, é consenso que a constituição do MST é resultante das condições políticas e econômicas, mas, sobretudo, das marchas, romarias e demais mobilizações comunicacionais.

No dia 25 de julho de 1981, dia do trabalhador rural, mais de 30 mil pessoas, providas de diversos Estados, reuniram-se no acampamento “Encruzilhada Natalino.” Para Alceu,⁶ “[...] foi neste grande evento que o MST começou a crescer como um movimento nacional [...]. A mídia burguesa ficou de olho, porque sabia da nossa organização com a Igreja e com o povo” (ALCEU, 2014, entrevista aos pesquisadores).

A midiaticização, nesse período histórico, ainda é incipiente, mas já se manifesta como a mediação dos sentidos da luta pela terra, por meio dos pronunciamentos públicos, da elaboração de panfletos, cartazes, faixas, bandeiras, canções, palavras de ordem, bem como de outras formas de comunicação, as quais embalavam, davam o tom e o ritmo às primeiras marchas, que, para Adelar, militante desde a fundação do MST, eram popularmente chamadas de “romarias”: “[...] a nossa primeira forma de chamar a atenção eram as marchas. Mas a gente fazia a romaria, porque isso é da história da igreja, que estava com a gente desde o início” (ADELAR, 2015, entrevista aos

⁶ Para manter a privacidade dos informantes, todos serão identificados por um codinome.

pesquisadores). As romarias, modo de mobilização mais comum na década de 1990, desempenharam um duplo papel ou forma de mediação cultural: tanto de manifestação religiosa e profética, como de contestação e de enfrentamento político, pois, ao mesmo tempo, sustentavam e garantiam a força integradora interna, pelas orações, celebrações e cantigas, e articulavam-se com a necessidade de negociação com os diversos poderes e esferas do Estado e da sociedade civil. Assim, a midiatização operava de modo relacional a partir das mediações culturais não tecnológicas. Quer dizer, a midiatização social, nesse contexto histórico,

[...] fundamenta-se em relações interdependentes – e ecológicas – entre tecnologias, as novas formas de conhecimento científico, os saberes tradicionais da cultura, as formações imaginárias do mundo da vida, e a apropriação e reconstrução subjetiva que realizam os indivíduos e as comunidades nas suas práticas cotidianas (VIZER, 2008, p. 33).

Nas romarias, as práticas comunicacionais – mediadas sob forma da oralidade, no grito das palavras de ordem, nas rezas e nos cantos entoados que ecoavam das vozes vivas e enfileiradas – fortaleciam as longas e penosas caminhadas, como a própria coesão política do grupo: “[...] a questão da terra sempre foi um pouco religiosa, que mexe com a fé e a emoção das pessoas e que dava ânimo pra gente seguir em frente”, destaca o militante (ADELAR, 2015, entrevista aos pesquisadores). Percebemos que a informação oral, cantada e rezada, apresenta-se mais do que como um signo, pois fornece os conteúdos que alimentavam o substrato de onde vinha e vem a sua força: a tradição, aliada às crenças religiosas, é responsável pela mediação dos sentidos que construíram as bases da ideologia transformadora, fortalecendo os projetos comunitários e coletivos do MST.

Adelar diz não recordar sobre alguma cobertura televisiva da mídia comercial durante o principal encontro realizado em 1981, mas apenas entrevistas para rádios locais, que, aos poucos, foram revelando ao Brasil os rumos das conquistas e manifestações: “[...] tinha um pessoal que fazia umas filmagens, mas eram nossos companheiros [...]. As

rádios falavam de nós todos os dias. Umam falavam bem e outras mal” (ADELAR, 2015, entrevista aos pesquisadores).

Ajustados às formas de visibilidade tradicionais, como as marchas e romarias, a relação do MST com os meios de comunicação comerciais sempre ocorreu sob múltiplas tensões, quer por esses meios expressarem a visão da classe economicamente dominante, quer pela forma descontextualizada como eram e são veiculadas as notícias sobre as suas ações. Não raro, ainda hoje, perpetuam-se visões ideologizadas sobre o MST, que dizem respeito às significações construídas pela ação hegemônica da comunicação comercial – rádio, televisão, jornal e internet –, que difundem e fazem circular informações sobre os militantes associadas aos sentidos de “invasores”, “depredadores” e “baderneiros”. Essa modalidade de midiatização social se constitui a chave hermenêutica para compreender como se constroem os discursos que rejeitam as ações vinculadas ao MST, dos quais derivam o temor, o horror e o ódio, que perpetuam e fortalecem o estigma da exclusão social.

O processo de midiatização social é complexo e nem sempre é claro ou compreendido pelos sujeitos entrevistados, sobretudo enquanto imbricações do midiático massivo e do comunicacional com as demais formas tradicionais de mobilização. Embora a presença de sentidos midiatizados na construção da rede simbólica a respeito da luta pela questão agrária tenha relativa centralidade, para os líderes do MST entrevistados, as estratégias de comunicação são importantes, mas não se constituem o centro das suas ações: “[...] a gente investe na comunicação, mas ela não é central” (ALCEU, 2014, entrevista aos pesquisadores).

No entanto, ao ser questionado sobre qual é o seu entendimento de comunicação, percebe-se que o militante se refere aos investimentos realizados em tecnologias, como o jornal, o rádio, a revista e o site. Já os debates interpessoais e coletivos, assim como as demais formas de mobilização pública, de acesso ou de apropriação informacional, são compreendidos à parte, enquanto prática comunicacional atuante e indispensável.

Essa percepção nos permite analisar a mobilização social acerca da questão agrária como um problema mediado por distintas práticas sociocomunicacionais e, não necessariamente, como um fenômeno resultante apenas de suportes tecnológicos e/ou midiáticos. Assim, a

noção de midiaticização social é ampliada aos processos comunicacionais, que se expressam pelas relações intersubjetivas, interpessoais, coletivas, as quais permeiam a construção da subjetividade, seja religiosa ou cultural, que se fundamenta no campo da linguagem, da argumentação pública e da apropriação e ressignificação informacional.

Para os próprios militantes, a compreensão fragmentada da midiaticização social é o problema atual enfrentado pelo MST. Para outra liderança nacional, a não compreensão de que a reforma agrária é resultante de uma ação comunicacional mais complexa – histórica, interpessoal, informacional e midiática – impossibilita as ações coletivas mais amplas. Essa visão tem levado o MST a uma posição de contra-ataque, sobretudo quando a questão é a disputa de sentidos que se trava a partir de algum acontecimento ou fato que o afeta diretamente:

[...] a ocupação da Cutrale⁷ foi uma vitória política pra nós, e a grande mídia deu uma grande cobertura. Mas se formos ver a opinião da população não foi tão boa assim, porque eles assistiram uma pequena parte [...], só a gente derrubando os pés de laranja. Parece que a gente saiu ganhando e depois eles viraram o jogo [...]. Talvez, faltou de nossa parte essa comunicação mais diversificada com a sociedade para esclarecer as coisas (ADÍLIO, 2014, entrevista aos pesquisadores).

Nesse depoimento, observa-se que o MST considera crucial a visibilidade pública e midiática de suas ações. É por meio das práticas comunicacionais que se estabelece o diálogo com a sociedade e se obtém a legitimidade pública de suas táticas, sem a qual é impossível o agendamento das reivindicações, bem como a possível deliberação por parte do Estado. Porém, percebe-se que a visibilidade ou qualificação das informações disponibilizadas ainda é refratária ao campo da mediação política: “[...] no caso da Cutrale, a gente não sabe se faltou mais

⁷ Cutrale é uma multinacional produtora de suco de laranja, que explora as terras da Fazenda Santo Henrique (vulgo Fazenda Capim), em Borebi, região de Bauru (SP), a 325 km de São Paulo (SP). A fazenda possui mais de 2,7 mil hectares e, de acordo com o MST, é explorada ilegalmente, pois a área faz parte do chamado Núcleo Monções, um complexo de 30 mil hectares divididos em várias fazendas e de posse legal da União.

formação política ou outro tipo, mais ideológica, para que o resultado daquela ação fosse melhor pra nós”, destaca João (2014, entrevista aos pesquisadores), outra liderança nacional.

A prática comunicacional do MST é também marcada pela instrumentalidade tecnológica, em que a comunicação se sujeita a alguma ordem política, operando como um espaço mediador, de resposta ou de “salva-vidas” do projeto político-ideológico. Essa questão também é levantada por Altair, outra liderança do MST, o qual defende a necessidade de maior investimento em um “projeto de comunicação”, tendo em vista que a reforma agrária somente se efetiva a partir da expressão visível, organizada e contínua na esfera pública:

[...] nas reuniões de coordenação eu sempre levanto essa questão da comunicação para a gente conseguir as reivindicações. Tem companheiro que reclama que faltou mobilização, que foi pouca gente e tal. Mas eu questiono: mas eles foram bem informados disso? Se a gente quer fazer uma marcha ou alguma outra intervenção é preciso chegar até o povo [...], melhorar o nosso projeto de comunicação (ALTAIR, 2014, entrevista para os pesquisadores).

Para a maioria das lideranças do MST entrevistadas, o momento atual é também de enfrentamento com as novas demandas comunicacionais. Ou, antes disso, há indícios de reconhecimento, por parte dessas lideranças, de que a gênese do espaço público moderno – e até mesmo de um imaginário político contemporâneo – está cada vez mais articulado com a visibilidade das questões debatidas e com a intervenção possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação. Percebemos, assim, que, atualmente, uma das características centrais dos movimentos sociais é a criação de processos midiáticos alternativos cujo fim não é apenas afetar as ações do Estado, mas visibilizar para a sociedade o agendamento de suas pautas e visões de mundo. Assim, a necessidade de agendamento estatal e social praticado pelos movimentos sociais também se entrecruza com a convergência de inúmeros processos midiáticos.

Para João (2014, entrevista aos pesquisadores), a estrutura midiática do MST – rádios, sites, revistas, audiovisual, jornais, boletins,

entre outros – é parte integrante das demais frentes que conduzem as ações de luta pela terra. As consideráveis conquistas que se somam no histórico de lutas do MST são, para Luiz, resultado de uma persistente combinação da pressão social e formas de comunicação e de negociação com as autoridades do Estado: “[...] o movimento cresceu muito porque sempre soube pressionar e comunicar as conquistas. Tem vezes que a coisa é mais pressão, barulho e mobilização” (LUIZ, 2014, entrevista aos pesquisadores). Não se pode desconsiderar que a mobilização social, segundo os militantes, é um enfrentamento permanente que se faz com o Estado, o qual também é aparelhado por grupos classistas contrários à democratização da terra, como os ruralistas e empresas multinacionais.

Nesse cenário, o maior problema apontado pelos militantes é o fechamento de espaços comunicativos e o controle de informações relevantes, tanto por parte do Estado, quanto pelos grupos empresariais que controlam os meios comerciais de comunicação.⁸ Na mesma medida, as informações que circulam sobre o MST nesses grandes grupos de comunicação, por exemplo, dificultam a conquista do apoio de certos segmentos sociais, pois, para os militantes, a visão estereotipada do MST criada por tais grupos ergue barreiras enormes, impossibilitando o diálogo aberto, como a comunicação dos fatos à sociedade de modo histórico e contextualizado.

Essa tensão é nutrida pelos processos de mediação das informações enquanto prática de um sistema de códigos, de signos que alimentam lógicas e semânticas próprias criadas pelo mundo sistêmico (Estado e mercado), os quais cerceiam o acesso das demandas ou vozes oriundas da sociedade civil. Essa problemática de ordem comunicacional, discutida de modo amplo por Habermas (1997, p. 65), compromete não apenas as organizações sociais, mas o desenvolvimento do próprio sistema político, “[...] o qual se fecha em relação a seus ambientes circundantes”. Nesse aspecto, os processos de mediação social também se atualizam e se alimentam na lógica dos “campos em confronto”, temática perfeitamente elucidada por Christa Berger (1998).

⁸ Os grupos de comunicação mais citados pelos entrevistados são: Rede Globo, Grupo Bandeirantes, Editora Abril e os jornais *O Estadão* e *Folha de São Paulo*.

A produção e o acesso à informação despontam, assim, como um *locus* central de disputa que ativa as diversas práticas mobilizatórias do MST. Isso se manifesta, segundo Altair, a partir do seguinte questionamento: “[...] como fazer o debate se as informações são cada vez mais controladas pelo Estado e pelos ruralistas?” (ALTAIR, 2014, entrevista aos pesquisadores). Na tentativa de responder a esse problema, o MST, valendo-se das diversas estratégias comunicacionais, entre as quais a midiática, sobretudo a internet, também produz e faz circular informações que não encontram espaço ou acolhida nos grandes grupos de mídia.

Nesse ambiente, a produção de informação alternativa e mais horizontal modifica o cenário comunicacional e, por conseguinte, as estruturas de poder institucionalizadas pela hegemonia dos grupos comunicacionais dominantes, que não propiciam o agendamento e as deliberações necessárias às reivindicações dos movimentos sociais. A importância de se travar a disputa no campo da informação é recorrente no depoimento dos militantes do MST. Para Alceu, “[...] é importante a criação de espaços alternativos de debate para divulgarmos a nossa opinião e para refletirmos sobre os problemas que a sociedade enfrenta” (ALCEU, 2014, entrevista aos pesquisadores).

A mobilização social a partir dos fluxos informacionais

Como vimos discutindo, a mobilização social acerca da questão agrária é um desafio político, econômico e social, formado por um conjunto complexo de leis e de interesses cada vez mais atravessado pelos fluxos das redes informacionais, sejam eles tecnológicos ou interpessoais (GOMES, 2004; LACLAU, 1986). Isso é um indicador de que o pressuposto para a mobilização está cada vez mais interligado ao acesso a informações confiáveis e de qualidade, as quais também se caracterizam como matéria-prima para o debate público.

Wilson Gomes (2004, p. 112) ressalta que vivemos, atualmente, em “[...] sociedades de fluxo contínuo, intenso, acelerado e multidirecional de informação política”. Tal teorização também se expressa no depoimento de Moisés, assentado e um dos fundadores do MST: “[...] quando ocupamos as primeiras fazendas, em 1982, a pior dificuldade

era saber o que se passava nas negociações lá na cidade [...]. Agora já tá mais tranquilo, porque sempre tem alguém com o celular ou com um rádio por perto” (MOISES, 2012, entrevista aos pesquisadores). A superação das tensões e dos conflitos sociais, bem como a necessidade de visibilidade pública, associa-se à oferta e ao maior acesso à informação qualificada, bem como à crescente produção e acelerada velocidade de circulação em diversos meios e suportes, que facilitam os processos de tomada de decisão e de mobilização social.

Para Altair, agricultor assentado em Santa Catarina, “[...] se o companheiro não está bem informado, nem adianta ir debater com as autoridades durante as negociações [...]. As nossas conquistas sempre estiveram ao lado da disputa, do debate [...], da informação” (ALTAIR, 2014, entrevista aos pesquisadores). Conforme o militante, a disputa por informação é central nos momentos de negociação com o Estado: “[...] no mês passado, tivemos audiência com o superintendente do Incra. Nós cobramos mais clareza nas informações sobre as desapropriações que não saem do papel” (idem).

Essa declaração associa-se ao fato de que a informação também se constitui como um “[...] recurso político indispensável do Estado para a condução do processo político dentro de uma certa normalidade em termos democráticos” (ESTEVEES, 2003, p. 178). Nesse sentido, as afetações decorrentes do controle informacional também poderão funcionar como dispositivos de controle e de vigilância do mundo simbólico e, na mesma medida, do poder político. Ou seja,

[...] muitas vezes o MST está sob a mira da mídia burguesa, que para nós é um aparelho do Estado [...]. Quando ele [Estado] quer nos criminalizar, ele chama a mídia e diz o que fazer, porque, hoje em dia, a mídia está em todo o lugar, assim, todo mundo parece que está controlado por ela (ADÍLIO, 2014, entrevista aos pesquisadores).

Não é novidade que as bases constituintes de qualquer formação do poder estatal sempre estiveram interligadas ou dependentes de processos de produção, armazenamento e de controle da informação, os quais são utilizados para gerir ou reordenar as manifestações sociais

dissonantes. Ou, em outras palavras, “[...] a vigilância – controle da informação e superintendência das atividades de determinados grupos sociais por outro – é a chave da expansão dos recursos autoritários do Estado” (ESTEVES, 2003, p. 178). Desse modo, enquanto espaço ativo – que produz sentidos e constitui a sociabilidade contemporânea, não apenas de modo instrumental – os processos de mediação social são cada vez mais responsáveis pela abertura de novas interlocuções e inter-relações entre o Estado e os movimentos sociais.

Conforme relata Altair, muitas das formas de mobilização são consequências das oportunidades ou das brechas informacionais advindas do Estado: “[...] a gente avança conforme vamos descobrindo e desmascarando as estratégias deles [Estado]. Algumas ocupações, a gente decidiu depois de receber informações que escaparam do controle” (ALTAIR, 2014, entrevista aos pesquisadores). Da mesma forma, continua Altair, “[...] a comunicação com eles [Estado] é difícil, porque eles têm o controle. Eles tentam seduzir a gente dizendo: não ocupem essa fazenda porque vai ser politicamente ruim” (idem). A fala de Altair revela que os efeitos da mediação social são capitais para a implantação do poder de Estado e, de um modo mais geral, “[...] para todo o trabalho de coordenação das estruturas sociais complexas, ao proporcionar níveis mais aceitáveis de coesão e de homogeneidade” (ESTEVES, 2003, p. 178).

Para os militantes, a informação – tanto em aspectos quantitativos quanto qualitativos – é indispensável para o conhecimento de como funcionam e se estruturam as estratégias ofensivas do Estado, bem como para as oportunidades políticas por ele disponibilizadas: “[...] na luta pela terra, a gente sempre precisa saber dos programas de financiamento que o Estado oferece, mas o camarada precisa ficar esperto pra ver se é coisa boa ou se é mais outra enganação, de endividamento ou de promessa” (ADÍLIO, 2014, entrevista aos pesquisadores). Esse agricultor também salienta que apenas a quantidade de informação não contribui para o avanço das mobilizações: “[...] quando a gente se encontra com os técnicos da cooperativa, eles sempre falam que tem isso ou aquilo à disposição, mas não adianta. Eles precisam organizar os assentados pra gente debater sobre tudo isso” (idem).

Desse modo, identifica-se que os conteúdos informativos são carregados de sentidos e indicam possibilidades de mobilização social, mas não podem ficar restritos à transferência (FREIRE, 2006). Importa, sobretudo, o acesso, a participação e a qualidade da informação. Nessa perspectiva, a apropriação das informações possibilita a construção e articulação dos argumentos para o debate e para a visibilidade pública, dinamizada a partir dos processos comunicacionais que ampliam os espaços de participação dos militantes. Para Altair, a mobilização social, a partir das lógicas da midiaticização social, também é decorrente da problematização da promessa de progresso e de liberdade trazida pelas tecnologias:

[...] este problema [questão agrária] não vai ser resolvido só pelas informações que a gente divulga ou recebe. Isso depende se elas chegam na nossa base, nas periferias. As elites dizem que as tecnologias estão nas mãos de todos [...]. Não é bem assim, porque a informação sobre os direitos ou sobre as leis, nunca sai pro limpo tão fácil (ALTAIR, 2014, entrevista aos pesquisadores).

De modo crescente, as mobilizações sociais também são reflexo da luta contra a promessa tecnológica, que permitiria a todos participar com igualdade dos diferentes meios informacionais proporcionados pela sociedade capitalista (SARLO, 1998). Assim, a midiaticização social se apresenta via contração informacional, operada pelas elites e pelo Estado, o que, para Habermas (1997), proporciona a anulação da autonomia ou da ação dos diferentes atores sociais, tendo em vista a garantia da sua coesão e controle. Para os agricultores assentados, conforme relata Altair,

[...] o engajamento aqui nos assentamentos é muito atacado pelos políticos [...], que são também os empresários da cidade [...], pela rádio da cidade. Quando a gente se mobiliza, aí eles vêm dizer que estamos sendo radicais, que não queremos dialogar (ALTAIR, 2014, entrevista aos pesquisadores).

Mesmo assim, esses ruídos na acessibilidade ou na produção informacional demonstram o modo assimétrico e complexo da midiaticização, o qual é responsável pela constituição dos sentidos que orientam e fomentam a luta pela hegemonia comunicacional.

Os assentados enfatizam que, diante da dificuldade de acesso às informações para a promoção de serviços públicos, outras formas de mobilização são construídas: “[...] é sempre essa briga com o Estado para conseguirmos as coisas para o assentamento. Enquanto eles fecham uma porta, a gente briga e tenta abrir outras”, diz Altair (2014, entrevista aos pesquisadores). Nesse processo de negociação com o Estado, os processos de mediação ganham centralidade e atenção redobrada, alterando ou mesclando, assim, o curso das antigas práticas comunicacionais com as formas de mobilização e de ataque às ofensivas repressoras dos poderes constituídos.

Considerações finais

Refletir e problematizar sobre as lógicas da mediação social é ação indispensável para as diversas articulações, projetos, pautas e reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos. Mesmo que as mobilizações se orientem pelas lógicas econômicas do capital ou pelas oportunidades políticas, os movimentos sociais se constituem como articulações de discursos, canais de expressão e de visibilidade pública, que ativam diversas significações, valores, símbolos, práticas sociais e culturais.

Na essência do que compreendemos ser um movimento social – lugar que aglutina, elabora visões de mundo e sistemas de valores e de práticas alternativas aos dominantes –, as práticas comunicacionais, sejam tecnológicas ou não, atuam como mediadoras de ideologias e, sobretudo, como protagonistas e provocadoras de novos desafios e utopias. Comunicar com clareza, rapidez e globalmente é o desafio e motivação que sustenta a mobilização de coletivos e de grupos alternativos, até então isolados e sem voz.

Sendo assim, a prática comunicacional do MST nos autoriza a pensar que a mediação social não é um fenômeno decorrente do consumo tecnológico, mas de um campo de disputa, ocupação, resistência, produção alternativa, que concretiza novas práticas comunicacionais contestatórias e contra-hegemônicas. Desse modo, os processos de mediação social são cada vez mais responsáveis pela abertura de novas

interloquções e inter-relações entre o MST, a sociedade e as diversas instâncias deliberativas do Estado.

Portanto, a midiaticização, como resultado da articulação dos sujeitos organizados a partir das diversas práticas comunicacionais, gera nova atmosfera de valores e um novo modo de ser e de atuar no espaço público contemporâneo. Uma nova cultura mobilizatória emerge na sociedade em midiaticização, mesmo que não mais orientada por vínculos fortes ou ideologicamente totalizadores. Ou seja, acreditamos que as transformações sociossimbólicas, causadas pelas afetações comunicacionais, operam novos tipos de mudança social, que motivam, amplificam e reorientam as práticas mobilizatórias do MST.

Bibliografia

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

BARBAGLI, Marzio; MACELLI, Alessandro. *La partecipazione politica a Bologna*. Bolonha: Il Mulino, 1985.

CARBONAI, Davide. Las perspectivas de la democracia sindical en Italia: el referéndum de los trabajadores. *Polis*, v. 9, n. 27, p. 383-397, 2010.

CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2010.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 17. ed. São Paulo: Vozes, 2011.

COTTA, Maurizio; DELLA PORTA, Donatella; MORLINO, Leonardo. *Fondamenti di scienza politica*. Bologna: il Mulino, 2001.

ESTEVES, João Pissarra. *Espaço público e democracia: comunicação, processos de sentido e identidades sociais*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FAUSTO NETO, Antonio. Midiaticização, prática social: prática de sentido. ENCONTRO DA COMPÓS, 15., 2006, Bauru, SP. *Anais...* Bauru, SP: Unesp, 2006.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GAIGER, Luiz I. *Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GENTILI, Victor. *Reforma de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito à informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneas*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GÖRGEN, Sergio Antônio. *Marcha ao coração do latifúndio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GUSFIELD, J. Social movements and social change: perspective of linearity and fluidity. In: KRIESBERG, L. (Org.). *Research in social movements: conflict and change*. Greenwich: Conn. Jai, p. 317-339, 1981.

IANNI, Otavio. *Revoluções camponesas na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LACLAU, Ernest. *Teorías marxistas del estado: debates y perspectivas*. In: LECHNER, Norberto (ed.). *Estado y Política en América Latina, México, Siglo XXI*, 1981.

LACLAU, Ernest. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-7, 1986.

LAGROYE, J. *Sociologie politique*. Paris: Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1993.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

MILBRATH, L. W. *Political participation*. Chicago: Rand McNally, 1965.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Da observação participante à pesquisa-ação no campo comunicacional: pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina (Org.). *Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-de-núncia ao pragmatismo utópico*. São Paulo: Unesp, 2004.

SARLO, Beatriz. *Escenas de la vida posmoderna*. Buenos Aires: Ariel, 1998.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinão Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 28-64, 2010.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária no Brasil: frustração campesina ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. Matrizes. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 15-26, jul./dez. 2007.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Dênis de. (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Maud, 2006.

STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

STRAPAZZON, João Paulo. *E o verbo se fez terra*. Chapecó, SC: Grifos, 1997.

TARROW, Sidney. *Power in movement: collective action, social movements and politics*. Cambridge: University Press, 1994.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *Égaux et différents*. Pourrons-nous vivre ensemble? Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. *Revista Diálogos de la Comunicación*, Lima, n. 48, p. 9-17, 1997.

VIZER, Eduardo Andrés. Midiatização e (trans)subjetividade na cultura tecnológica. A dupla face da sociedade mediatizada. In: FAUSTO NETO, Antônio et al. *Midiatização e processos sociais na América Latina*. São Paulo: Paulus, 2008.